

# ARTE E EDUCAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA E RELIGIOSA NA REPÚBLICA DE PLATÃO

Jayme Paviani\*

**SÍNTESE** – Platão, na República, condena a arte. Essa condenação, inicialmente, é de natureza pedagógica e moral e não estética, no sentido moderno da teoria estética e, em segundo lugar, por motivos metafísicos. No contexto de uma reforma ético-política e de uma reforma educacional, podemos nos indagar se os argumentos de Platão atingiriam hoje a poesia de Fernando Pessoa e a pintura de Pablo Picasso. As acusações contra a arte fundam-se em dois tipos de argumentos. Nos livros II e III, Platão afirma e demonstra a incapacidade dos poetas gregos de atender as exigências das faculdades da alma. No livro X, a condenação da poesia e da pintura tem como base o fato de a arte ser puramente imitação, ilusão e, assim, opor-se à teoria das idéias.

**PALAVRAS-CHAVE** – Condenação da arte. Arte e ética. Arte e política. Educação ética e estética.

**ABSTRACT** – Platon condamne l'art, dans la République. D'abord, cette condamnation est de nature pédagogique et morale, pas esthétique, dans de sens moderne, de la théorie esthétique. D'après, pour des motifs métaphysiques. Dans de contexte d'une reforme éthique-politique et d'une reforme educationel, l'on peut questionner si les arguments utilisés par Platon arriveraient à toucher, aujourd'hui la poésie de Fernando Pessoa et la peinture de Pablo Picasso, par exemple. Ces accusation contre l'art ont sont basées em deux types d'arguments. Dans les livres II e III, Platon assure et démontre, avec la citation de plusieurs textes, l'incapacité des poètes grecs de prendre en considération les exigences des facultés d'âme, surtout la dimension rationnelle. Dans le livre X, la condamnation de la poésie et de la peinture est basée sur le fait de l'art être purement imitation, illusion et, de cette façon, opposé à la théorie des idées.

**KEY WORDS** – Condamnation de l'art. Art et éthique. Art et politique. Education éthique et esthétique.

Tornou-se comum afirmar que Platão, na República, nos livros II, III e X censura a arte, especialmente a poesia de Homero e a pintura. Essa condenação transformou-se numa censura à filosofia de Platão de que seria incapaz de compreender a natureza da arte. Todavia, o esclarecimento da questão exige o exame dos argumentos platônicos, a partir do contexto grego e das expectativas da modernidade. Para ilustrar a relevância histórica da questão, poderíamos especular sobre a possibilidade de essa censura, por exemplo, ser aplicada à poesia de Fer-

\* Professor. Doutor. Universidade de Caxias do Sul.

nando Pessoa ou à pintura de Pablo Picasso. Pode-se ainda indagar, tendo em vista os elementos constitutivos da questão, se Platão censuraria toda a poesia ou apenas um tipo específico dela. Não a arte em si, mas a arte em função da *polis* decadente de sua época e em relação à constituição do Estado ideal. Finalmente, a censura platônica parece fundamentar-se numa visão ético-político que se identifica com a motivação pedagógica. A censura não é feita a partir dos atributos “artísticos” ou estéticos da poesia, da música e da pintura. O que justifica as críticas de Platão à arte são as reformas política e educacional que não se enquadram metafisicamente na supremacia do ético sobre o estético.

Platão, examinando textos sobre textos de poemas, demonstra a incapacidade dos grandes poetas gregos de corresponderem às exigências das idéias de justiça e de verdade em relação à *polis* e, poderíamos acrescentar, aos indivíduos. Os argumentos de Platão, nos livros II e III, têm base nas faculdades da alma e na hierarquização das classes sociais. No livro X, os argumentos para eliminar a poesia e a pintura da *polis* ou do Estado-ético têm base na imitação dos objetos e não nas “essências”. Assim, a teoria das idéias, apoiada no projeto metafísico exposto sucintamente nos livros VI e VII, fornece a justificativa teórica da censura da poesia e da pintura.

Os argumentos platônicos dão visibilidade às idéias do bem, da verdade e da justiça na *polis* e insistem na necessidade de superar a *doxa* em favor da *episteme* na constituição do Estado ideal. Platão imagina condições objetivas e eternas que permitem ao homem alcançar o bem. Só a *episteme* possibilita o Estado ideal. A *doxa* é a decadência da *polis*. Como a estrutura do Estado ideal implica a fusão entre o coletivo e o individual, entre as faculdades da alma e a estrutura da *polis*, Platão mostra inicialmente que a poesia, aquela que ele critica, não promove uma educação positiva, pois não atende às exigências jurídico-políticas e morais, justas e verdadeiras.

As faculdades da alma fundam ontológica e epistemologicamente o Estado ideal. A alma possui, de um lado, uma parte racional e, de outro lado, a tendência de buscar a satisfação dos apetites, das ambições, dos desejos. Há, portanto, um permanente conflito entre a alma racional e a alma apetitiva. Entre essas duas faculdades, há uma terceira, intermediária, a alma passional, aquela que se encoleriza e se indigna diante de certas ações provocadas pelos impulsos dos instintos. A alma racional domina a alma passional e a alma apetitiva, quando os indivíduos têm uma educação moral adequada.

A idéia de justiça pressupõe o domínio dos desejos e das paixões que impossibilitam os indivíduos de alcançar a verdade, o bem. Para Platão, só o filósofo alcança a idéia de bem, de justiça e de verdade, pois somente ele pode se libertar totalmente da *doxa*. Os guardiões da *polis*, os guerreiros que junto com os filósofos formam a classe dominante do Estado ideal, dependem de uma boa educação. Por isso, é preciso evitar que a poesia e a religião promovam uma má educação. Os deuses de Homero, infelizmente, possuem vícios e fraquezas que afastam os jovens da verdade e, em consequência, não contribuem para a educação da alma racional.

Platão reconhece as qualidades estéticas da poesia, mas essas só contribuem para acentuar a influência negativa dos conteúdos poéticos. Na realidade, como ocorre com a retórica, não são os meios empregados que suscitam dúvidas e críticas, e sim o caráter persuasivo do discurso. Na medida em que Platão ignora o sentido ficcional do discurso poético, ele considera o dito ao pé da letra e, por isso, conclui que os poetas e os pintores mentem e mentem no sentido moral. A mentira consiste, antes de tudo, em prender os jovens, graças à beleza das obras, na dimensão estética da *doxa*, em vez de conduzi-los à *episteme* do mundo inteligível. A beleza sensível em geral, em todos os seus aspectos, como a beleza dos corpos, é insatisfatória. A arte, mergulhada no sensível, afasta-nos da beleza da alma.

O conflito entre poesia e educação, exposto nos livros II e III, parece ser uma questão superada, após explicar as faculdades da alma e a estrutura do Estado ideal. No entanto, Platão, quando muda de argumento e demonstra a imortalidade da alma, ao narrar o mito de ER, no último livro da República, retoma a censura da arte e da poesia. Não se trata de uma simples repetição da censura, ao contrário, são dois tipos de argumentação. No livro X, critica o caráter mimético da arte (o conceito de *mimesis* é revisto por Aristóteles, e reinterpretado no decorrer dos séculos), tendo como base a teoria das idéias. Critica a imitação das aparências, esse tipo particular de *techne*, da poesia e da pintura, que realiza a cópia da cópia.

É difícil entender a posição platônica de crítica a Homero, Hesíodo e a outros poetas, tão citados em seus diálogos, sem levar em consideração que os gregos cultivavam uma arte concebida a partir da percepção natural dos objetos. No *Banquete*, por exemplo, mostra que poesia é algo múltiplo, é passagem do não ser para o ser. Afirma que todos os artesãos são poetas, embora só sejam denominados poetas os autores da produção que se refere à música e aos versos (205, e). Já, na *República*, muda de perspectiva e insiste na dimensão política, pedagógica e moral da arte. A *techne*, que denota uma habilidade acompanhada dos respectivos conhecimentos, é submetida à função político-pedagógica. Assim, o sapateiro, o carpinteiro e outros artesãos têm seu lugar no Estado ideal, mas nele o poeta, o pintor, o músico não têm espaço.

Platão condena a poesia primeiramente em relação ao seu caráter moral. Depois, condena toda a arte imitativa. Mas, não se trata propriamente da eliminação da arte, porém, de seus efeitos, especialmente os efeitos sobre as crianças e os jovens. A censura tem endereço certo, concentra-se em nomes (Homero, Hesíodo, Píndaro, Ésquilo, Sófocles, enfim, os fundadores da *paideia*) e nos efeitos de determinadas passagens sobre um público alvo.

### **A arte, as faculdades da alma e a *polis***

A *República* mostra a constituição do Estado ideal e a formação filosófica de seus dirigentes e guardiões. Essas questões estão interligadas (não em nível apenas institucional, mas pessoal e antropológico relativamente ao tipo de homem, ao homem justo, aristocrático, democrático ou tirânico e ao rei-filósofo e aos defensores

res da *polis*) e fundadas na idéia de bem e da existência de partes da alma. Implicam, igualmente, a passagem da *doxa* para a *episteme*. Esse cenário metafísico, mas anterior às distinções entre o ontológico, o epistemológico e o ético, permite entender o fundamento da censura platônica da poesia e da arte. Sem esse núcleo metafísico não é possível entender a proposta ético-pedagógica da *República*, o currículo da formação dos dirigentes filósofos e dos guardiões do Estado ideal e, em consequência, o uso do critério da verdade e da falsidade que viabiliza a crítica à poesia e à arte.

Sendo a idéia de justiça intrinsecamente boa, o homem justo do Estado ideal requer uma educação justa e verdadeira. As narrativas dos poemas que as crianças e os jovens ouvem não podem apresentar deuses e heróis viciados. As transformações históricas da *polis*, desde as primitivas até a mais desenvolvida, mostram que dirigentes não possuíam as virtudes necessárias nem os guardiões eram suficientemente preparados. A solução desse problema está na reforma educacional, na superação da educação tradicional, na qual especialmente a poesia e a música ocuparam até então um papel fundamental.

Portanto, a reforma educacional exige uma censura à poesia e à arte vigentes. Essa censura, por sua vez, põe em jogo dois pólos de um mesmo fenômeno: o ético e o estético. Ocorre que para Platão o estético pertence ao retórico, à sofística, à *doxa* e pode, em vista das qualidades da *techne*, acentuar as falsas mensagens da arte. A poesia e a música, ligadas aos sons bem postos, aos ritmos repetitivos, ajudam a aprendizagem dos mitos dos poetas ensinados às crianças e aos jovens. Ora, nessas narrativas, as divindades estão destituídas do bem e da verdade que garantem a justiça do Estado ideal. Em vista disso, Platão não nega a qualidade poética da arte, porém, mostra que essas qualidades tornam-se apoio e são facilitadoras de uma falsa educação.

Todavia, o emprego dos verbos “condenar” e “censurar”, seguidamente usados pelos intérpretes relativamente à poesia e à arte, na *República*, precisa ser melhor esclarecido. Diferentes aspectos precisam ser considerados. Um desses aspectos é a passagem do discurso poético para o discurso filosófico (da *doxa* para a *episteme*). O discurso filosófico pode ser caracterizado como um discurso ético-pedagógico. Nesse sentido, Platão observa as narrativas poéticas, usadas pelos pais, na educação dos filhos. Elas apenas recomendam que é preciso ser justo, mas não “elogiam” a justiça em si mesma. Interessam-se apenas pelas “vantagens” do “bom nome” da justiça.

Assim, o discurso comum, do povo, precisa ser superado pelo discurso filosófico sobre a justiça e a injustiça (*Rep.*, II 363 a – 364 e). Homero, Hesíodo, Píndaro, Museu, Orfeu e outros citados, com frequência, não realizam a dialética ascendente nem descendente, não alcançam nem expõem o nível da norma justa. É preciso, portanto, abandonar os discursos desses poetas e construir o pensamento filosófico, metódico que inicia com a pergunta “o que é” e indaga o que é a justiça e o que é a injustiça. As narrativas poéticas educam pelos sentidos, pela *doxa*, apesar de, em certos fragmentos, Platão reconhecer que é possível encontrar ver-

sons verdadeiros. A linguagem da poesia da tradição oral já não serve para os objetivos da *paideia*.

Nas narrativas poéticas, os deuses deixam-se persuadir pelos homens. Nos livros de Museu e Orfeu, a execução de sacrifícios persuade os particulares e também as cidades “de que é possível a libertação e a purificação dos crimes por meio de sacrifícios e de folguedos pueris, quer em vida, quer depois da morte” (*Rep.*, I I, 364 d). Esse modo de agir em relação aos deuses não pode nos levar à essência da justiça. A educação para uma vida justa e feliz precisa resolver o problema dos mestres da persuasão, do conhecimento demagógico dos tribunais, que podem exercer a violência com seus falsos raciocínios. Se deuses existem de fato e se preocupam com os homens, não podem admitir e praticar a injustiça, a violência. Tudo que sabemos desses deuses o sabemos por ouvir falar dos poetas em suas genealogias. Ora, os poetas afirmam que os deuses são sensíveis a sacrifícios, oferendas, preces, isto é, deixam-se dominar pelos homens. Esses intérpretes da divindade apresentam uma formulação ambígua da vida justa e injusta. Suas afirmações sobre prêmios e castigos no Hades não servem para preferir a justiça em lugar da injustiça (*Rep.*, II, 365 b – 366 c).

O Estado ideal requer um novo projeto de educação que pratique a ginástica para o corpo e a música para a alma (*Rep.*, II, 376 e) conforme as exigências da *episteme*. Quando se fala em música e em poesia, abre-se a possibilidade do discurso verdadeiro ou do discurso mentiroso. As histórias que se contam às crianças, apesar de conterem algo verdadeiro, são em geral mentirosas. Daí a necessidade de aceitar os verdadeiros discursos e eliminar os mentirosos (*Rep.*, II, 377 b, c). Nesse sentido, Platão não poupa as narrativas longas de Hesíodo e de Homero, pois, elas descrevem erroneamente a natureza dos deuses e dos heróis. Hesíodo, por exemplo, atribui a Urano atrocidades, mostra os deuses em guerra com outros deuses. Também não é conveniente narrar as batalhas imaginadas por Homero entre os deuses. Os jovens não possuem discernimento para distinguir a presença ou a ausência de idéias ocultas. Platão é taxativo: as impressões recebidas nessa idade são indelévels (*Rep.*, II, 378).

Se o divino é justo, perfeito, não se pode permitir aos poetas afirmar que os deuses tornam infelizes os mortais. Platão não percebe que a arte como “fingimento” radical (na concepção de Fernando Pessoa) é um modo de dizer a verdade usando uma suprema “mentira” (numa afirmação de Picasso). No entanto, Platão dá-se conta que suas críticas reduzem a poesia à função ético-pedagógica. Por isso, pede a Homero e aos demais poetas que não o levem a mal. Diz: “Não nos levem a mal se riscarmos todas essas passagens e outras (consideradas negativas) do mesmo tipo”. E acrescenta: “Não procedemos desse modo por considerá-las pouco poéticas ou desagradáveis para o ouvido do povo”. A questão é outra: “Quanto mais belas forem poeticamente, menos indicadas serão para rapazes e homens que tenham de viver livres e recluir mais a escravidão do que a morte” (*Rep.*, III, 387 b). Corrigindo as interpretações apressadas, é necessário sublinhar que Platão censura algumas passagens das obras, sem negar seu valor poético. E

mostra que a dimensão estética torna a obra mais perigosa na medida em que exerce maior influência sobre o leitor jovem e adulto.

No livro III retoma o problema da mentira e afirma que só os dirigentes da *polis* podem mentir, desde que isso signifique vantagem para a comunidade. Os poetas não podem apresentar Aquiles de modo contraditório. A falta de discernimento entre os aspectos positivos e negativos permite que os jovens se tornem maus e levianos. De fato, inúmeras passagens dessas obras mostram o caráter reprodutivo, imitativo da linguagem. Se o poeta não se ocultasse nos diálogos e nos parágrafos intermediários talvez não precisasse recorrer à imitação (*Rep.* III, 393 d). Nesse enfoque, Platão analisa as relações entre poesia e mitologia (*Rep.*, III, 394 c) e a existência do discurso imitativo total ou parcial e, ainda, a possibilidade de existirem a tragédia e a comédia na *polis*. E, ainda, questiona a possibilidade de os guardiões poderem ser imitadores.

Na medida em que os jovens e os guardiões são conduzidos pela métrica, pelos movimentos corporais, sugeridos pela poesia oral, eles não alcançam o estágio da contemplação reflexiva das formas inteligíveis. Os ritmos da poesia oral impedem que as palavras expressem a natureza racional da *psyche*. A faculdade racional da alma é que deve determinar a musicalidade (os elementos sensíveis) da poesia, e não a parte sensível determinar as características do discurso. Por isso, as conseqüências da *mimese* precisam ser examinadas na formação dos guardiões.

Se cada um só pode sair-se bem em uma única profissão, os guardiões não podem exercer funções de sua competência e ao mesmo tempo ser bons imitadores. A natureza humana é dividida em partes: é impossível a qualquer um imitar bem muitas coisas ou fazer as próprias coisas que a imitação reproduz. Os guardiões só podem imitar o que os torna corajosos e temperantes para poderem se dedicar exclusivamente à liberdade da *polis* (*Rep.*, III, 394 e, 395 a, b, c, d). Não podem imitar as mulheres nem escravos e escravas. Nem podem imitar indivíduos maus. Não podem igualmente imitar o trabalho do ferreiro ou de qualquer outro artífice ou, ainda, qualquer pessoa inferior.

Platão justifica a série de negações, esclarecendo as maneiras de narrar. A primeira, aquela que realiza a harmonia e o ritmo convenientes, só permite modificações em grau muito reduzido. A segunda, sem exigir todas as harmonias e ritmos, abrange toda sorte de modificações. Diante disso, na *polis* só se pode admitir o gênero mais puro, aquele que imita as pessoas moderadas. Não podemos nos esquecer de que o ritmo e a melodia possuem efeitos afetivos, emotivos e que existem harmonias que produzem moleza e indolência (*Rep.*, III, 397, 398, 399).

A beleza do estilo, da harmonia, do ritmo decorre da simplicidade da alma, da linguagem pura e não viciosa. Assim, é fundamental para a educação o máximo de cuidado com a música, com os discursos da oralidade, pois assim como existe a harmonia também existe a desarmonia. Só a alma harmonizada é sábia e corajosa, a desarmonizada é covarde e grosseira. Platão explica que quando alguém se dedica à música e derrama na alma, pelo canal dos ouvidos, como por um funil, as

harmonias doces, brandas e melancólicas e passa a vida deleitando-se com a beleza do canto, imediatamente o elemento irracional de sua alma se torna brando. Ele pode se degradar à condição de combatente sem préstimos (*Rep.*, III, 410 e, 411, a, b). No entanto, aquele que cultiva a música e a ginástica e as aplica à alma numa justa proporção será muito mais músico e terá uma alma harmonizada. Os dirigentes e os guerreiros da *polis* dependem de uma educação verdadeira e, para isso, é preciso evitar o modelo de narrativa que não procede dialeticamente.

Platão desenvolve seus argumentos como se a interdição das passagens dos poemas, por ele analisados, fosse algo natural. Não pretende exercer uma interferência contra a liberdade de expressão, uma coerção legal como ocorre com os governos que institucionalizam a censura. Ele não institucionaliza a censura. Ela é vista como uma conduta pedagógica. A censura tem base no predomínio do ético e do político sobre a função estética.

O problema da censura repete-se na história ocidental. Podemos citar muitos casos, um deles é o de Kant, que teve sua obra *A religião dentro dos limites mera razão* (1793) repreendida pelo Rei. O próprio Estado, antes da censura expressa, institucionalizada, enquanto Estado realiza, de certa forma, um tipo de censura. Podemos nos perguntar se as censuras moral, jurídica, política, econômica, social, religiosa não fazem parte da natureza da instituição. A própria filosofia enquanto instituição é naturalmente censurante, o Estado enquanto instituição é delimitador. Além disso, há o problema da distinção entre a censura explícita e a implícita. Nem toda censura procede de um organismo, de uma teoria moral, de uma comissão, de um indivíduo. A censura pode estar presente em instâncias diluídas nos mais variados discursos. Qualquer Estatuto, regimento, contrato, recomendação pode determinar o que se deve e o que não se deve ou se pode fazer.

Platão, na *República*, não propõe um tribunal, uma comissão, um código. Mas assim mesmo sua censura é perigosa, pois é uma censura doutrinária, moral. Nasce de um Estado-ético, de um projeto filosófico-pedagógico em que se pressupõe o direito de criar e de determinar condições e limites institucionais. Alguém poderia alegar que a censura de Platão possui um caráter orientador e não de repressão policial, possui bases na necessidade de alcançar a parte nobre da alma e de se fundamentar na teoria metafísica das idéias imutáveis, objetivas, eternas. Se for assim, estamos diante de uma restrição, ao mesmo tempo, ética, ontológica e epistemológica.

### **A arte, a teoria das formas e a *polis***

No último livro da *República*, Platão aprofunda o argumento contra a arte imitativa (594 b). As composições imitativas corrompem o entendimento dos ouvintes, a não ser que disponham de um antídoto: a *episteme*. Por isso, apesar de reconhecer sua afeição antiga, desde criança, em relação a Homero, mestre e guia dos poetas trágicos, volta a afirmar que não se deve colocar o homem acima da verdade (595 b, c). A teoria das idéias serve para justificar a censura à poesia e à pintura. Platão toma como referência as idéias de cama e de mesa. Não poderia

escolher um exemplo mais esclarecedor, apesar dos elementos contraditórios presentes no argumento.

Há o criador da verdadeira idéia de cama e de mesa, o carpinteiro que fabrica esses objetos domésticos, e o pintor e o poeta que apenas imitam, com sua arte, as aparências desses objetos. O argumento platônico, tantas vezes repetido na história da filosofia ocidental e aceito como coerente, não é tão simples. Ele depende da aceitação de seus pressupostos metafísicos. O trabalho do carpinteiro e o do pintor são postos no mesmo nível, sem questionar a finalidade das obras de ambos, daquilo que de fato é posto no obrar, no produzir, o que eles desejam alcançar com suas obras. Tudo é reduzido à imitação não da verdadeira realidade (a idéia de cama e de mesa), mas imitação apenas de sua aparência. O dualismo entre ser e parecer sustenta a razão da "censura" à arte imitativa. Não abre nenhuma outra possibilidade para a arte. Não há mediação entre a realidade e a aparência, a *doxa* e a *episteme*.

Uma determinada concepção ontológica de realidade julga a obra do poeta e a do pintor sem refletir se a imitação daquilo que nos é fornecido pela percepção natural não pode ser uma modalidade de produzir as próprias coisas sem necessariamente imitá-las. Platão, em certos momentos, parece perceber que arte pode ser um meio para alcançar a verdade, porém sua concepção do Estado ideal e da formação do rei-filósofo e dos guardiões não permite que aceite essa via. Cobra de Homero uma contribuição positiva, uma constituição verdadeira para a *polis*. Definitivamente os poetas não se enquadram como colaboradores e criadores do Estado ideal, pois eles não passam de imitadores de simulacros da virtude e de tudo o mais que constitui objeto de suas composições (600 e). O poeta, e insiste na analogia com o pintor, fabrica simulacros que não servem para nada, pois a imitação apresenta o homem em ações mal sucedidas e entregues à dor ou à alegria.

A gravidade da acusação contra a poesia, o que ela possui de mais terrível, consiste em poder corromper as pessoas sérias, salvo raríssimas exceções. O perigo está no efeito emocional quando imita heróis em situações aflitivas (605 d, d). A imitação interfere nas paixões da alma. Homero não pode ser educador da Hélade. Platão sabe que está sendo ingrato, mas ele parece não ter escolha entre a poesia e a filosofia. Ele precisa estar ao lado da razão e não dos desejos e das paixões. As escolhas de Platão, suas acusações só encontram justificativa no contexto histórico e na sua metafísica. Os conceitos platônicos de poesia, de *mimesis*, de *polis* determinados e absolutizados, feitos esquemas fixos, são responsáveis, segundo ele, pela injustiça, pela intemperança, pela pusilanidade e pela ignorância. Embora nem Aristóteles, seu contemporâneo, concordará com ele, Platão essencializa a função ético-política e pedagógica da educação e deixa num plano secundário o mundo do sensível, da experiência estética. Em vista disso, não basta repetir seu pensamento sem entendê-lo em seu enquadramento histórico-metafísico para poder superá-lo, para encontrar o verdadeiro caráter das intenções de Platão.

Em todo caso, Platão não tem clareza sobre o que seja a *mimesis*. Ele tem dúvidas sobre sua natureza. Prova disso é o reconhecimento da qualidade estética da



*techné* poética ao mesmo tempo que reduz a imitação à dimensão moral. É questionada em relação ao objeto imitado e não enquanto processo. A imitação deve ser evitada na educação dos jovens, dos guardiões e do rei-filósofo por imitar a aparência em geral e em especial imitar pessoas perversas e partes imperfeitas da alma. O pensamento de Platão, preocupado em fundar o discurso filosófico e torná-lo responsável pela formação dos dirigentes do Estado-ético, não admite a possibilidade de a arte imitar pessoas de bem. Além disso, admitir a imitação seria uma maneira de negar as teses sobre as faculdades da alma e das idéias. A função de avaliar e de medir os desejos, as emoções, as paixões cabe à razão e essa é tarefa filosófica, ou seja, da linguagem e do conhecimento filosófico e não da linguagem e do conhecimento poético que apelam à não-razão, ao senso comum, ao mundo da mitologia.

A imitação conduz ao erro, à corrupção, ao mundo da *doxa*. Afasta-se da *episteme*, do entendimento das essências e das formas, isto é, dos objetos originais para reproduzir as cópias. O problema, portanto, não está na arte em si, mas na arte imitativa. Platão não vê a possibilidade de uma arte que não seja imitativa, embora pudéssemos a partir da metafísica platônica talvez fundamentar uma estética do abstrato, do geométrico. Em outros termos, a arte e a poesia na *República* são reduzidas a uma estética absolutamente negativa da imagem e da metáfora como formas da aparência. Alguém poderia perguntar: mas essa não é de fato a arte de sua época? Ou Platão foi incapaz de entender Homero, Hesíodo, Píndaro, e os demais poetas de seu tempo? E quanto aos tempos atuais, o pensamento de Platão tem alguma utilidade, serve para explicar o fenômeno artístico?

### **Platão, Fernando Pessoa e Pablo Picasso**

A reatualização de um problema filosófico apresenta dificuldades de caráter histórico e sistemático. O pensamento filosófico surge dentro de uma racionalidade histórica. Apesar disso, ainda lemos a filosofia de Platão com o objetivo de entender as grandes questões de nosso tempo, talvez da mesma maneira arbitrária com que ele interpretou os conceitos de pensadores e de poetas gregos de sua época e de épocas anteriores. Por isso, parece válido tentar refletir sobre as relações entre a arte e a educação ético-política desde que se leve em consideração o sentido dos argumentos nos contextos gregos e atuais. Certamente a compreensão da natureza e da finalidade da arte e, em consequência, o lugar do ético e do estético, nesses dois momentos históricos, assumem diferentes perspectivas.

A posição de Platão não é abstrata nem puramente teórica. Seus argumentos estão impregnados de referências sociais e históricas, de interesses pedagógicos e religiosos. Sua proposta de um Estado ideal tem o objetivo de criticar e superar o Estado real. Nesse sentido, seus argumentos, mudadas as circunstâncias, perdem uma parte de sua força. Feitas essas ressalvas, podemos reduzir a questão das relações entre a arte e a educação aos seus aspectos básicos e, contra as teses de Platão, afirmar: a) a arte e a poesia não são (e nunca o foram) meras imitações da aparência e b) a arte e a poesia expressam a totalidade da "alma humana" e não

apenas as faculdades inferiores. Essas teses podem ser demonstradas na poesia de Fernando Pessoa e na pintura de Pablo Picasso, escolhidos como exemplos no universo da produção artística moderna e contemporânea.

A poesia de Fernando Pessoa não parece ser antifilosófica. Ao contrário, seu parentesco com o pensamento dos existencialistas dos séculos XIX e XX como Kierkegaard, Unamuno, Sartre, é sublinhado por diversos comentaristas, entre eles, Georges Güntert, Jacinto Prado Coelho, Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro e Leyla Perrone-Moisés. Ao contrário de Platão, Fernando Pessoa procura a unidade entre o inteligível e o sensível, mostra a importância do ver, do perceber em relação ao entender puro da metafísica. Razão e emoção participam de uma mesma racionalidade. Pessoa põe questões fundamentais como a do sujeito que fica “aquém do eu e além do outro”, conforme diz Leyla Perrone-Moisés (1982, p. 3) que acrescenta: “Não foi lendo Hegel que eu entendi melhor Pessoa; foi porque eu tinha Pessoa em mente, que me encantei com a *Ciência da Lógica* [...]. Também foi a luz de Pessoa que muitas páginas de Lacan pareceram-se subitamente claríssimas, justas e de largo alcance” (idem, p. 3).

Platão, em sua época, precisou destituir o discurso poético de seus conteúdos, de seu caráter mimético pelo exato motivo de a *mimesis* não corresponder a um conhecimento verdadeiro nem à técnica de elaboração do poema. Hoje, poesia e filosofia, apesar de não serem discursos iguais, andam juntas, no dizer de M. Heidegger, como dois altos picos separados (1966, p. 64-66). Cada discurso ao seu modo instaura um mundo, busca desvelar o ser dos entes, antes mesmo da ciência, do conhecimento objetivo. É exatamente pelos caminhos do ser, do nada, do vazio, que Fernando Pessoa conduz sua poesia. O que nele “sente está pensando”. E isso tudo que é expresso requer uma sinceridade tão lúcida que ultrapassa sua própria compreensão. Por isso, a poesia é para Fernando Pessoa um modo de “fingir” (de fazer de conta) o que se sente ou de sentir o que se finge. Em outros termos, não é como em Platão uma questão moral, mas de total ultrapassagem do falso e do verdadeiro. A verdade e a falsidade na poesia estão além da questão moral. O fingir joga o poeta na vertigem de sua racionalidade inaugural, na linguagem ao mesmo tempo ação e representação, que diz e faz, na linguagem teatro, palco de si, onde a intuição e o conceito se misturam e procuram romper os limites entre o eu e o absoluto. Na visão de Platão, a poesia é dominada por uma espécie de mitologia decadente, longe daquilo que o divino revelou aos homens de verdadeiro.

Picasso não quer informações sobre a forma dos objetos, um violino, por exemplo. Ele supõe que o espectador já o conheça e, por isso, atreve-se a pensá-lo a partir de fragmentos. Nessa tarefa não quer com seus métodos substituir outros. Quer descobrir, por exemplo, como se realiza a idéia de construir uma cabeça. Ele trabalha com as linhas, os volumes, as superfícies e suas fronteiras na busca do todo. Picasso quer alcançar a idéia sem usar o método da imitação do objeto. Por isso, a crítica de Platão aos pintores não o atinge. Platão associa a pintura à poesia para poder melhor criticar a imitação da cópia das essências. Platão afirma que o artista não alcança nem a realidade inteligível nem a sensível.

Põe o poeta e o pintor entre os sofistas, aqueles que cultivam a sedução, a persuasão. Picasso, porém, não quer seduzir nem persuadir, ao contrário, muitas vezes, agride a percepção comum do espectador. Nem pretende ser entendido nem dar lições de moral.

Fernando Pessoa e Pablo Picasso, e outros artistas contemporâneos, em relação aos projetos pedagógicos, formam ou corrompem os jovens? Essa pergunta, de tom platônico, pode ser respondida com uma distinção. Toda arte possui também uma dimensão ética, mas nenhuma obra verdadeira possui finalidades de caráter moral. A arte como forma de conhecimento mostra o homem e sua época, expressa o humano antes mesmo de suas virtudes e defeitos, o seu estar-nomundo e desde sempre o estar junto-com-os-outros. Como diz Fernando Pessoa, “o fim da arte é imitar perfeitamente a natureza”, sem esquecermos que imitar, continua o poeta, não quer dizer copiá-la, mas sim imitar os seus processos (cf. *Páginas de Estética*, p. 21). Podemos ainda acrescentar que a arte, em sua forma mais elevada, tem o fim de libertar o ser humano. Platão pretendia impor a filosofia a um mundo em crise, precisava substituir o predomínio pedagógico das narrativas poéticas pelo discurso filosófico. Por isso, não teve tempo de ver ou não pôde perceber as possibilidades de conhecer e de linguagem que a arte oferece. Isso, entre outros aspectos, mostra que não há filosofias nem utopias independentes de seus contextos históricos. Também as concepções filosóficas têm prazo de validade.

### Referências bibliográficas básicas

- ANNAS, J. *An introduction to Plato's Republic*. Oxford: Oxford UP, 1981.
- FERRAZ, M. C. F. *Platão, As artimanhas do fingimento*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- HEIDEGGER, M. *Introdução à Metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- ISNARDI, M. *Il pensiero politico di Platone*. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- PAPPAS, N. *A República de Platão*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- PAVIANI, J. *A República de Platão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Fernando Pessoa, Aquém do eu, além do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PESSOA, F. *Páginas de estética e de teoria e crítica literárias*. Lisboa: Ática, s.d.
- PLATON. *La République*. Trad. de E. Chambry. Oeuvres, VI, Paris: Les Belles Lettres, 1932-34.